

## Projeto Educação Patrimonial: reflexões sobre a Educação Patrimonial nas escolas de Juazeiro do Norte

*Patrimonial Education Project: reflections on Patrimonial Education in schools in Juazeiro do Norte*

Bárbara Almeida Oliveira<sup>1</sup>

Polliana de Luna Nunes Barreto<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente estudo tem como objetivo discutir as relações entre as práticas educativas e a educação patrimonial compreendida como um elemento fundamental no processo de valorização e preservação dos bens materiais e imateriais de uma comunidade. Entende-se, através da revisão bibliográfica desenvolvida no decorrer desse estudo, que as discussões em torno do Patrimônio Cultural no espaço escolar possibilitam gerar nos sujeitos as ideias de pertencimento a comunidade, a memória e a história, perpassando os processos de apropriação por parte dos educandos da cultura. Nesse sentido, este estudo desenvolve-se a partir do mapeamento das atividades em torno da educação patrimonial desenvolvidas pelas escolas de ensino básico de nível médio do município do Juazeiro do Norte. Utilizando-se de uma abordagem qualitativa que se desdobra nas fases exploratória (pesquisa bibliográfica), trabalho de campo (visita às escolas, orientadas pelas questões sobre ações/atividades desenvolvidas em torno da educação patrimonial) e análise documental (cruzamento das informações coletadas nas fases anteriores). Diante do exposto no decorrer desse estudo, é possível considerar a necessidade de se pensar formas de inserção de tais discussões em suas práticas cotidianas, uma vez que das oito escolas analisadas, apenas três possuem ações realizadas de forma contínua através de disciplinas eletivas. Experiências que revelam que a educação patrimonial compreendida como um elemento fundamental no desenvolvimento de vínculos entre educandos e o patrimônio cultural de seu(s) espaço(s) não se caracteriza como uma realidade nas práticas educativas do ensino formal no locus investigado.

**Palavras-chave:** Educação Patrimonial. Cultura. Juazeiro do Norte.

**Abstract:** This study aims to discuss the relationship between educational practices and heritage education understood as a fundamental element in the process of valuing and preserving the material and immaterial goods of a community. It is understood, through the bibliographic review developed during this study, that the discussions around Cultural Heritage in the school space make it possible to generate in the subjects the ideas of belonging to the community, memory and history, going through the processes of appropriation by the students. cultural learners. In this sense, this study is developed from the mapping of activities around heritage education developed by the elementary schools in the municipality of Juazeiro do Norte. Using a qualitative approach that unfolds in the exploratory phases (bibliographic research), fieldwork (visiting schools, guided by questions about actions / activities developed around heritage education) and document analysis (crossing of the information collected in the phases previous). In view of the exposed during this study, it is possible to consider the need to think about ways of inserting such discussions in their daily practices, since of the eight schools analyzed, only three have actions carried out continuously through elective courses. Experiences that reveal that heritage education understood as a fundamental element in the development of links between students and the cultural heritage of their space (s) is not characterized as a reality in the educational practices of formal education in the investigated locus.

**Keywords:** Heritage Education. Culture. Juazeiro do Norte.

<sup>1</sup> Universidade Regional do Cariri (URCA). E-mail: [barbaralmeidaoliveira@gmail.com](mailto:barbaralmeidaoliveira@gmail.com)

<sup>2</sup> Universidade Federal do Cariri (UFCA). E-mail: [polliana.luna@ufca.edu.br](mailto:polliana.luna@ufca.edu.br)

## 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo está vinculado ao projeto de extensão “Educação Patrimonial: A inserção do Patrimônio Cultural nas práticas educativas do ensino formal nas escolas de ensino médio na região do Cariri”, financiado pela Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Cariri (PROEX/UFCA) através do Edital 06/2018/PROEX - Protagonismo Estudantil (PROPE) 2019. O referido projeto tem como objetivo compreender como Patrimônio Cultural tem sido inserido no processo de ensino-aprendizagem. Deste modo, entende-se a inserção do Patrimônio Cultural nas práticas educativas como instrumento que auxilia na construção da identidade dos sujeitos, assim como na preservação e valorização da memória local e nas identidades dos sujeitos e dos espaços em que estão inseridos, dos bens (materiais e imateriais) pertencentes ao patrimônio das comunidades.

Com esse intuito, o Projeto Educação Patrimonial teve sua atuação guiada pela tentativa de identificar ações, projetos, programas e/ou atividades desenvolvidas em torno do patrimônio cultural nas instituições de ensino básico. Partindo dessa perspectiva, o espaço escolar é aqui considerado como um ambiente fundamental para se tecer e refletir sobre a cultura, a identidade e memória dos educandos e da comunidade em que estão inseridos a partir das manifestações, representações e práticas culturais. Nesse sentido diversos autores defendem a Educação Patrimonial como um suporte essencial no processo de valorização, preservação e promoção do patrimônio cultural (ALBUQUERQUE, 2012; FLORÊNCIO, 2012; HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999; FONSECA, 2012; GRUNBERG, 2007).

Diante desse panorama, compreende-se a importância de se discutir e investigar as práticas educativas que trazem a cultura para o

cotidiano dos educandos através de metodologias diversificadas. Apresentada como metodologia de ensino (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999; FONSECA, 2012; GRUNBERG, 2007), a Educação Patrimonial é compreendida nesta pesquisa como um suporte essencial no processo de valorização, preservação e promoção do patrimônio cultural que se desenvolve através da educação.

Compreender as tessituras que perpassam a organização do estudo do patrimônio material e imaterial no ambiente escolar permiti entender como a cultura, enquanto elemento curricular vem sendo abordada, como se operam os usos desses patrimônios na construção de discursos políticos, sociais e econômicos. Tais elementos servirão para pensar ainda sobre o próprio lugar da produção da memória e da identidade que caracterizam a “seleção” do patrimônio cultural explorado em âmbito educacional.

Por conseguinte, as informações aqui utilizadas, compreendem um recorte da pesquisa desenvolvida durante o segundo semestre de 2019, centrada na pesquisa de campo no município de Juazeiro do Norte. Diante disso nos deteremos às discussões, em torno das informações coletadas em oito instituições estaduais de ensino básico de nível médio.

A visita foi guiada pela questão: “A instituição desenvolve alguma atividade/projeto/ação/programa voltado para educação patrimonial?”. As respostas do núcleo gestor das instituições permitiram elaborar um panorama dos desafios a serem considerados no que concerne a inserção e/ou adoção de práticas que se pautem na memória, identidade, história e patrimônio cultural dos educandos. Tais dimensões, orientadas pela perspectiva cultural, inseridas nas práticas educativas cotidiana possibilitam desenvolver nos educandos o sentimento de pertença ao

território, conseqüentemente sua promoção e valorização dos seus bens material e/ou imaterial (GADOTTI, 2008; VECCHIATTI, 2004).

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O recorte aqui esboçado se desenvolveu através da abordagem qualitativa uma vez “que trabalha com o universo dos significados” (MINAYO *et al.*, 2011), utilizando-se dos três ciclos da pesquisa qualitativa defendida por Minayo *et al.* (2011): exploratória, trabalho de campo e análise documental.

A fase exploratória se esboça através da discussão teórica em torno de temáticas pertinentes a compreensão do objeto de estudo. Nesse sentido, utilizaram-se autores que se dedicaram a discutir a definição do conceito de patrimônio cultural (CHOAY, 2011; FUNARI; PELEGRINI, 2006; FONSECA, 2012), e seus significados no campo educacional através da definição de educação patrimonial (ALBUQUERQUE, 2012; FLORÊNCIO, 2012; HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999; FONSECA, 2012; GRUNBERG, 2007).

O trabalho de campo contempla a visita a oito instituições de ensino básico pública, quatro funcionando em tempo integral e quatro em período regular. A escolha das escolas de tempo integral e tempo regular nos permitir visualizar dois cenários distintos, principalmente após a ampliação da carga horária mínima de oitocentas horas para mil e quatrocentas horas<sup>3</sup>. Diante dessa ampliação da carga horária dos

---

<sup>3</sup> BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm#art1). Acesso em: 2 nov. 2019.

educandos do ensino médio, considera-se que há maiores possibilidades, nas instituições de tempo integral, de desenvolvimento da parte diversificada do currículo prevista no artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Lei nº 9.394/199). Base diversifica que é articulada ao contexto histórico, econômico, social, ambiental e cultural do processo educativo desenvolvido por cada sistema de ensino.

A visita às instituições teve o intuito de visualizar na prática como se desenvolve e é compreendida a inserção do patrimônio cultural nas práticas educativas cotidianas e quais estratégias são utilizadas. Diante disso, utilizou-se como questão norteadora a indagação sobre os projetos/ações/programas/atividades desenvolvidas pela instituição que é entendida pelos mesmos como educação patrimonial à medida que se utilizam do patrimônio cultural (material e imaterial) como objeto de ensino/discussão.

Por fim, a análise documental que se detém no cruzamento entre o que é definido na literatura como educação patrimonial e as práticas e estratégias desenvolvidas pelas instituições. A última etapa nos permite construir um panorama sobre as práticas que são tecidas em dois campos, o epistemológico e o prático.

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO

A etimologia da palavra patrimônio, de origem latina, nasce associada à dimensão do conceito de propriedade privada. Vinculado ao âmbito privado, se “referia, entre os antigos romanos, a tudo o que pertencia ao pai, pater famílias, pai da família” (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 11).

Para Choay (2011, p. 11), as relações, em sua origem, do termo patrimônio às estruturas familiares, econômicas e jurídicas permitiram

associar o termo patrimônio a perspectiva de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo. No entanto, a requalificação por distintos adjetivos – genético, natural, histórico, entre outros – sofridos pelo termo ao longo do tempo o constituiu em um conceito “nômade”. Para a autora, as modificações sofridas pela semântica da palavra torna-se um elemento que evidencia a opacidade da coisa.

Em face do trânsito entre o âmbito privado para o público, patrimônio remete ao “legado de uma geração para outra” (FONSECA, 2012), mas guiado pela perspectiva de instrumento de unificação de determinados grupos sociais. Compreendido pela perspectiva do legado, Albuquerque (2012) define patrimônio cultural como “a herança cultural acumulada ao longo do tempo pelos homens, agentes das realizações e história de uma sociedade” (ALBUQUERQUE, 2012, p.5). Observa ainda que a noção de patrimônio está associada a “bens, objetos de valor, memória e herança, algo que se constrói e se acumula com o passar do tempo”, que já não assume apenas valores econômicos ou de uso, mas traz valores afetivo e simbólico ao se relacionarem pelo vínculo do apoderamento.

Nas reflexões de Grunberg (2007) patrimônio cultural pode ser entendido como:

[...] todas as manifestações e expressões que a sociedade e os homens criam e que, ao longo dos anos, vão se acumulando com as das gerações anteriores. Cada geração as recebe, usufrui delas e as modifica de acordo com sua própria história e necessidades. Cada geração dá a sua contribuição, preservando ou esquecendo essa herança (GRUNBERG, 2007, não paginado).

No campo do ordenamento jurídico, de acordo com Funari e Pelegrini (2006), vem sofrendo nas últimas décadas do século XX um processo de ampliação, que vai da noção de patrimônio histórico para patrimônio cultural.

A perspectiva reducionista inicial, que reconhecia o patrimônio apenas no âmbito histórico, circunscritos a recortes cronológicos arbitrários e permeados por episódios militares e personagens emblemáticos, acabou sendo, aos poucos, suplantada por uma visão muito mais abrangente. A definição de patrimônio passou a ser pautada pelos referenciais culturais dos povos, pela percepção dos bens culturais nas dimensões testemunhais do cotidiano e das realizações intangíveis (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 31- 32).

Esse enfoque, para os autores, permitiu o patrimônio e as ações em sua defesa constituir-se como “construções sociais historicamente edificadas”, possibilitando a superação de iniciativas legais que se limitam à proteção de bens selecionados segundo os princípios de antiguidade, o que se restringia, comumente, a preservação de prédios públicos e religiosos. Abertura temática que possibilitou ainda o reconhecimento de construções populares como patrimônio.

[...] incluindo-se nesse rol de produções contemporâneas e bens culturais de natureza intangível, como expressões, conhecimentos, práticas, representações e técnicas. Por outro lado, alterações nas leituras do patrimônio como monumentos isolados promoveram a valorização da noção de conjunto e superação de visões da arquitetura como obra de arte independente (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 31-32).

No campo normativo brasileiro também é possível perceber essas alterações na noção de patrimônio cultural. Nesse sentido a Constituição Federal de 1988 pode ser considerada um marco da ressignificação do conceito de patrimônio cultural (FONSECA, 2003; ORIÁ 2016). A Constituição de 1988 será responsável por expandir os elementos de representatividade do patrimônio cultural, contemplando no artigo 216 referências “à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988), perpassando:

I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988, não paginado).

As alterações que a noção de patrimônio cultural vem sofrendo nos processos normativos, assim como as diferentes concepções desenvolvidas no campo epistemológico possibilitam visualizar o caráter mutável e dinâmico do conceito. Logo, deve-se considerar também a dimensão social, histórica e simbólica que sustenta as construções epistemológicas e normativas em torno do patrimônio, que implicam também mudanças nos usos e apropriações delineados no campo pedagógico.

Essas reflexões nos permitem visualizar o quão complexo torna-se esse processo de inserção de tais discussões no currículo escolar, uma vez que se pautam, não apenas na dimensão material, mais simbólica, social e subjetiva que perpassam a memória, a identidade e a história de diferentes grupos e territórios.

Diante do exposto, a Educação Patrimonial, concebida como metodologia pedagógica (GRUNBERG, 2007; HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999) é apresentada como instrumento essencial na inserção do patrimônio cultural nas práticas educativas cotidianas. A formulação da expressão “Educação Patrimonial” data da década de 1980. Conforme Florêncio (2012) a expressão se baseava na experiência inglesa que se utilizava, com fins pedagógicos, de museus e de monumentos históricos.

Horta, Grunberg e Monteiro (1999) definem educação patrimonial como um processo educacional que se desenvolve de forma permanente e sistemática em torno do Patrimônio Cultural, entendido como fonte



primária de conhecimento, que possibilitam o enriquecimento individual e coletivo ao ser inserido no campo educacional.

Partindo dessa perspectiva, diferentes autores (ALBUQUERQUE, 2012; FLORÊNCIO, 2012; GRUNBERG, 2007; HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999; TOLENTINO, 2012) entendem que a valorização do patrimônio cultural brasileiro deve passar pela ação pedagógica, apontando como objetivo o desenvolvimento “permanente e sistemático de inserção do conhecimento junto à comunidade” (ALBUQUERQUE, 2012). Isto posto, a Educação Patrimonial é construída e entendida como suporte de conhecimento que possibilita promover no indivíduo a noção de cidadania, assim como, de modo coletivo “o sentido de pertencimento e apoderamento, elementos basilares para sensibilização da sociedade e geradores do orgulho e da autoestima, que fazem elevar o senso de preservação do patrimônio cultural” (ALBUQUERQUE, 2012).

Há a necessidade de pensar as relações que devem ser traçadas e planejadas no processo de efetivação da valorização e proteção do patrimônio cultural a partir do campo pedagógico (ALBUQUERQUE, 2012; FLORÊNCIO, 2012; PEREIRA; ORIÁ, 2012; TOLENTINO, 2012). Nessa lógica, Fonseca (2012) advoga ser “impossível pensar a preservação do patrimônio cultural sem vinculá-la à transmissão, difusão e apropriação, por parte dos grupos sociais a que se refere, aos sentidos e valores atribuídos aos bens culturais”. Caso contrário, os instrumentos legais de proteção não ultrapassam a perspectiva de meros atos declaratórios de valor, centrada em políticas de patrimônio como alcance reduzido que, de acordo com Fonseca (2012, p. 14), serão “[...] valorizadas apenas por grupos já familiarizados com a temática da preservação, distanciando-as, portanto, do objetivo que historicamente as justifica – o seu interesse público”.

O contato direto e experiências com bens e manifestações da cultura, em suas mais distintas formas, sentidos e significados a educação patrimonial pode conduzir o educando a “um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural” (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 4). A construção do conhecimento crítico, interligada a apropriação consciente pelas comunidades do seu patrimônio cultural, é compreendida como fatores fundamentais nos processos que ensejam a preservação sustentável dos bens, contemplando ainda o fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania.

Diante do exposto, é possível compreender a Educação Patrimonial como um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da autoestima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 4).

#### **4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Com as mudanças inseridas na Lei de Diretrizes e Base no ano de 2017 (Lei nº 13.415/2017) as escolas do ensino básico atualmente vivem um fenômeno de transição de modelos de ensino. As escolas públicas de nível médio, diante da obrigatoriedade da lei encontram-se nesse processo de ampliação da carga horária de 800 (oitocentas) para 1.400 (mil e quatrocentas) horas anuais.

As matrizes curriculares do ensino médio também passaram por recentes transformações com a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) também em 2017. Dentre essas mudanças está a nova estrutura curricular, com 45 horas/aulas semanal dividida entre a parte comum e obrigatória (30 horas) e a parte flexível do currículo correspondendo à disciplinas da grade diversificada e opcional.

Nesse sentido, as escolas visitadas se inserem neste contexto de transição, fator determinante para se pensar e considerar o panorama traçado no Quadro 1, uma vez que ainda se identificar nas instituições a necessidade de inserção de metodologias que viabilizem na prática cotidiana às discussões orientadas pela perspectiva cultural, no caso aqui tratado, a própria inserção do patrimônio cultural nas práticas pedagógicas.

O quadro a seguir sintetiza as informações coletadas através do núcleo gestor e/ou professores das instituições visitadas referentes ao desenvolvimento de atividade/projeto/ação/programa em torno do Patrimônio Cultural.

**Quadro 1** – Mapeamento dos projetos/atividades realizadas em torno do Patrimônio Cultural

ESCOLAS	Descrição das Ações
E.E.F.M. Dona Clotilde Saraiva Coelho	Há atividades esporádicas em parceria com Núcleo de Arte e Cultura Marcus Jucier.
E.E.M.T.I. Dona Maria Amélia Bezerra	A instituição apontou uma disciplina eletiva, já encerrada, ministrada por Elisabete Pacheco intitulada “Narradores da História”. A disciplina “Narradores da História” desenvolveu-se em torno da “Fala Regional, Contos locais, memórias linguísticas”.

	Teve como um dos seus objetivos norteadores promover o protagonismo estudantil através da oralidade.
E.E.M. Governador Aduato Bezerra	A escola até o momento da pesquisa não desenvolve atividade/projeto/ação/programa em torno do Patrimônio Cultural, mas apontou a presença do PIBID de Música, integrado por estudantes da UFCA como um expoente que se guia pela educação patrimonial.
E.E.M.T.I. Presidente Geisel	No momento da pesquisa a instituição ofertava uma disciplina eletiva de Educação Patrimonial coordenada pela Professora Edilvânia Almeida Peixoto, também integrante do núcleo gestor. A disciplina apresenta como objeto de estudo: as técnicas referentes ao manejo, restauração, armazenamento e proteção de bens materiais, centradas em fontes documentais; o conceito de Patrimônio Cultural; Como metodologias são utilizadas aulas expositivas e práticas (referente a manejo e restauração de fontes documentais) e aulas de campos para centros de pesquisa (visita ao Centro de Documentação do Cariri – CEDOC/URCA), memoriais, (Memorial Padre Cicero), espaços culturais, (Escola de Saberes/Barbalha) e a bens salvaguardados (Trilha pelo Sítio Fundão/Crato).
E.E.F.M. Amália Xavier	A escola apontou como exemplo de atividades desenvolvidas em torno do Patrimônio Cultural previsto em seu plano de ação duas semanas: Semana da Cultura Nordestina do Estado do Ceará instituída pela Lei nº 16.256, de 02.06.2017, e a Semana da Literatura Cearense, instituída pela lei nº 16.380 de 19.10.2017).
E.E.F.M. José Bezerra de Menezes	A escola não possui projetos em torno do Patrimônio Cultural, no entanto mencionou o Projeto Diretor de Turma, de autoria da Secretaria de Educação do Ceará, como um espaço em que tais discussões são desenvolvidas.
E.E.M.T.I. Figueiredo Correia	A escola desenvolve uma disciplina eletiva de Patrimônio Histórico desde o ano de 2018. Apresenta como conteúdos norteadores os conceitos de Memória e esquecimento, Cultura popular, saberes tradicionais, Patrimônio cultural, processo de tombamento.

	Como metodologias são utilizadas aulas expositivas e práticas com visitas a locais referenciados pelo processo de tombamento.
E.E.M.T.I. Tiradentes	Apontou as ações pontuais nas aulas de Formação Cidadã, tal disciplina é ministrada por professores diretores de turma. Mas não desenvolve atividade/projeto/ação/programa específico sobre patrimônio cultural.

Fonte: Autoras (2019).

Através das informações coletadas percebe-se em primeiro lugar a não continuidade das ações em algumas das instituições, uma vez que se desenvolvem de forma esporádica atividades em torno do Patrimônio cultural, ou apontadas como ações vinculadas à temática. Por conseguinte, podemos considerar que tais ações apresentam-se distantes da definição de educação patrimonial, uma vez que esta é entendida como um processo permanente, sistemático e contínuo (GRUNBERG, 2007; HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999).

Outro ponto a ser destacado em relação às instituições que realizam essas atividades de forma descontínua é o próprio entendimento de Patrimônio Cultural em suas práticas educativas. Há uma compreensão ampliada em relação a tal conceito, que, em alguns momentos são percebidos como integrada a demais ações desenvolvidas pelas instituições, como as aulas de Formação Cidadã, o Projeto Diretor de Turma ou as atividades desenvolvidas pelo PIBID de música da UFCA. Nesse último caso, vale salientar a importância e presença da universidade no espaço escolar, indicada como principal atividade no processo de inserção do patrimônio cultural nas práticas cotidianas da EEM Governador Adauto Bezerra.

No entanto, um fator a ser destacado volta-se para as disciplinas eletivas desenvolvidas nas escolas de tempo integral, identificada como

principal estratégia de inserção do patrimônio cultural na prática pedagógica das instituições visitadas. Diante disso, podemos constatar que as escolas que possuem atividades e ações de forma contínua e sistemática que se utilizam da educação patrimonial enquanto metodologia são as que possuem disciplinas eletivas.

Explorando o Patrimônio Cultural como objeto de estudo, nesse cenário estão a EEMTI Figueiredo Correia, EEMTI Presidente Geisel, EEMTI Dona Maria Amélia Bezerra, apresentando-se como exemplos de atividades estruturadas em torno do patrimônio cultural. Essas instituições a partir das disciplinas eletivas, com seus respectivos participantes seguem um percurso de estudo que se utilizam das discussões em torno do Patrimônio Cultural como objeto contínuo de estudo, perpassando uma série de mecanismos que buscam trazer para o cotidiano dos educandos discussões sobre memória, identidades, pertencimento. Promovendo e gerando através desses diálogos (re)conhecimento da diversidade de práticas, representações, manifestações que integram o espaço em que estão inseridos os educandos.

Essas intuições abrem espaço ainda para parcerias com outras instituições e outros sujeitos que atuam no campo cultural, como a parceria entre EEMTI Dona Maria Amélia Bezerra e a narradora de histórias orais Elisabete Pacheco<sup>4</sup>, responsável pela eletiva e atividades culturais em torno da contação de histórias orais.

Parceria também vivenciada na EEMTI Presidente Geisel com o Projeto Educação Patrimonial da UFCA, em que se desenvolveu uma oficina, intitulada “Diálogos com Patrimônio Cultural”, dividida em três encontros (Patrimônio Cultural na Legislação Brasileira; Patrimônio

---

<sup>4</sup> Elisabete Pacheco é pesquisadora, narradora de história orais e coordenadora do núcleo de contação de histórias do Coletivo Camarada. Disponível em: <<https://camaradas.org/2017/07/elisabete-pacheco-coordenadora-nucleo-de-contacao-de-historia-do-coletivo-camaradas.html>>. Acesso em novembro de 2019.

Cultural e Imaginário Social; Formação de Itinerários Culturais), norteadas pelos significados e sentidos do Patrimônio Cultural (material e imaterial) na legislação brasileira, nas políticas públicas e no imaginário social. E para encerrar esses encontros foi organizada, juntamente com a Professora Edilvânia Almeida Peixoto e a EEMTI Presidente Geisel uma aula de campo no Sítio Fundão na cidade de Crato, para vivenciar na prática a importância das políticas públicas de salvaguarda do patrimônio cultural e natural do território do Cariri.

**Figura 1** – Visita a E.E.M.T.I Presidente Geisel (05.09.2019)



Fonte: Acervo da Autora. Encontro dos membros do projeto Educação Patrimonial/UFCA com a coordenadora da disciplina eletiva Educação Patrimonial da E.E.M.T.I Presidente Geisel (2019).

**Figura 2 – Oficina Diálogos Com o Patrimônio: Formação de Itinerários Culturais (24.09.2019)**



Fonte: Acervo da Autora. Terceira oficina intitulada “Diálogos com o Patrimônio: Formação de Itinerários Culturais” ministrada pelos membros do projeto Educação Patrimonial/UFCA na disciplina eletiva Educação Patrimonial da E.E.M.T.I Presidente Geisel (2019).

**Figura 3 – Trilha no Sítio Fundão (01.10.2019)**



Fonte: Acervo da Autora. Trilha no Sítio Fundão com a turma de vinte alunos da disciplina eletiva Educação Patrimonial da E.E.M.T.I Presidente Geisel (2019).

Momentos que contribuirão para dialogar o que é explorado na universidade, como as relações entre o poder público, sociedade civil no



processo de proteção dos bens culturais (material e imaterial) e natural da comunidade e o que está sendo discutido na escola de ensino básico, como os processos de restauração e preservação que norteiam o plano de ensino da professora Edilvânia Almeida Peixoto na eletiva ministrada na EEMTI Presidente Geisel, complementando a formação dos educandos dos dois campos: universidade e escola.

Diante do exposto, podemos perceber que a disciplina eletiva, que se utilizam da Educação Patrimonial é identificada nesse processo de pesquisa como a principal estratégia de inserção das discussões, de forma contínua, em torno do patrimônio cultural no cotidiano dos educandos das instituições pesquisadas. Trajetória que se sustentam nos processos de apropriação por parte dos educandos da cultura, assim como a (re)significação da memória coletiva e individual, da identidade, do pertencimento a comunidade viabilizada pelo contato com a teoria e com a vivência prática, seja pelas visitas de campo, ou apresentação de histórias. Um instrumento de constituição de um cidadão consciente e crítico, capaz de colaborar na construção de territórios mais justos, social e culturalmente.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto é possível compreender a Educação Patrimonial como um instrumento determinante na construção de uma sociedade mais justa e sustentável ao permitir que diferentes sujeitos não apenas conheçam, mas tornem-se responsáveis no processo de significação dos bens culturais da sua comunidade.

A partir da breve explanação acerca das produções teóricas desenvolvidas em torno da educação patrimonial podemos compreender que essa, entendida como metodologia de ensino, revela-se um

instrumento potencial de inserção dentro do cotidiano escolar de discussões e práticas que se voltam para a promoção e valorização do patrimônio cultural dos educandos. Permitindo a esses criar vínculos de pertencimento e identidade com os espaços em que estão inseridos.

No campo prático, com a visita a oito instituições públicas de ensino básico no município de Juazeiro do Norte, podemos visualizar que há ainda desafios no que concerne a inserção do patrimônio cultural como objeto de estudo no ensino formal. Nesse sentido, deve-se destacar o papel determinante das disciplinas eletivas, identificadas em três instituições como a principal estratégia de inserção de tais objetos nas práticas educativas.

Outro ponto a ser ressaltado no encerramento desse breve relato são os encontros entre a universidade e a comunidade, à medida que tais encontros permitem não apenas o conhecimento e divulgação desses contextos, como ainda traçar estratégias e mecanismos em conjunto para enfrentar os desafios encontrados.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, U. P. Patrimônio cultural: uma construção da cidadania. *In*: TOLENTINO, Á. B. (org.). **Educação Patrimonial:** reflexões e práticas. João Pessoa, PB: Superintendência do IPHAN, 2012. p. 4-5.

BRASIL. [Constituição, (1988)] **Constituição Federal**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, Senado Federal, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 10 dez. 2019.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394 de 201 de dezembro de 1996. Brasília, Senado Federal, 1988. Disponível em: [http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei\\_de\\_diretrizes\\_e\\_base\\_s\\_1ed.pdf](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_base_s_1ed.pdf). Acesso em: 10 nov. 2019.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Unesp, 2011.

FLORENCIO, S. R. R. Educação Patrimonial: um processo de mediação. *In:* TOLENTINO, Átila Bezerra (org.). **Educação patrimonial:** reflexões e práticas. João Pessoa: Superintendência do Iphan, 2012. p. 22-29.

FONSECA, M. C. L. **O patrimônio cultural na formação das novas gerações:** algumas considerações. *In:* Educação patrimonial: reflexões e práticas. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012. p. 14-21.

FONSECA, M. C. L. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. *In:* ABREU, R.; CHAGAS, M. **Memória e patrimônio:** ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 59-79.

FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio histórico e cultural.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

GADOTTI, M. Educar para a sustentabilidade. **Inclusão Social**, Brasília, v. 3, n. 1, p. 75-78, mar. 2008. Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1624/1830>. Acesso em: 26 jun. 2020.

GRUNBERG, E. **Manual de atividades práticas de educação patrimonial.** Brasília: Iphan, 2007.

HORTA, M. L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. **Guia básico de educação patrimonial.** Brasília: Iphan, 1999.

MINAYO, M. C. S. *et al.* **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2011.

PEREIRA, J. S.; ORIÁ, J. R. Desafios teórico-metodológicos da relação educação e patrimônio. **Resgate:** Revista Interdisciplinar de Cultura, v. 20, n. 1, p. 161-171, 2012.

TOLENTINO, Átila Bezerra. **Educação patrimonial:** reflexões e práticas. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012.

VECCHIATTI, Karin. Três fases rumo ao desenvolvimento sustentável: do reducionismo à valorização da cultura. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 3, p. 90-95, 2004.

 **UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI**  
PROEX – Pró-Reitoria de Extensão

Av. Tenente Raimundo Rocha nº 1639  
Bairro Cidade Universitária – Juazeiro do Norte – Ceará – CEP 63048-080

 ufca.edu.br



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

  
diálogos em extensão

 proex.ufca.edu.br

 periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/entreacoes

 +55 (88) 3221-9286

e-ISSN 2675-5335